



Jauru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da administração	
Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
Base de preparação	
1. Contexto operacional	14
2. Base de preparação	15
3. Moeda funcional e moeda de apresentação	15
4. Uso de estimativas e julgamentos	15
Políticas contábeis	
5. Base de mensuração	16
6. Políticas contábeis materiais	16
7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas	20
Ativos	
8. Títulos e valores mobiliários	20
9. Concessionárias e permissionárias	21
10. Ativo de contrato	22
11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar	22
Passivos e patrimônio líquido	
12. Financiamento e debêntures	22
13. PIS e COFINS diferidos	25
14. Imposto de renda e contribuição social diferidos	25
15. Contingências	26
16. Patrimônio líquido	27
Desempenho do ano	
17. Receita operacional líquida	29
18. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas	29
19. Resultado financeiro	31
Tributos sobre o lucro	
20. Imposto de renda e contribuição social	31
Outras informações	
21. Transações com partes relacionadas	31
22. Gestão de riscos financeiros	32
23. Cobertura de seguros	35

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Companhia, sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões), que detém 66,67% de participação, e pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo), que possui 33,33% de participação.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma RAP fixa, sendo prevista a redução em 50% no 16º ano de operação comercial. Desta forma a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 foi de R\$ 79.327, uma redução de 12,5% quando comparada com a RAP para o ciclo 2023-2024 que foi de R\$ 90.687. O valor fixado para a RAP foi reajustado pela variação anual do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE.

(b) Dividendos

Durante o exercício findo em 2024 a Companhia pagou o montante de R\$ 29.103 de dividendos, sendo R\$ 19.402 para Celeo Expansões e R\$ 9.701 para Celeo, conforme suas participações.

(c) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2024 e 2023 foi de 99,97% e 99,99%, respectivamente.

(d) Pagamento de principal e juros do financiamento e das debêntures

Durante o exercício findo em 2024 foram pagos R\$ 27.148 de principal e R\$ 8.079 de juros, sendo R\$ 13.132 e R\$ 2.831 do financiamento e R\$ 14.016 e R\$ 5.248 das debêntures, respectivamente.

(e) Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 89. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A nomeação dos auditores independentes é de competência das acionistas, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal não é permanente e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Jauru Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Jauru Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Jauru Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.3 e 10 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo.</p> <p>A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente;ii) a verificação, com o auxílio dos especialistas de Finanças Corporativas, se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47;iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); eiv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		1.331	2.073
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	8.957	8.800
Concessionárias e permissionárias	9	7.993	9.015
Ativo de contrato	10	73.511	96.110
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	4.966	7.278
Outros ativos		5.075	5.473
Total do ativo circulante		101.833	128.749
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	13.971	16.933
Ativo de contrato	10	448.191	462.198
Total do realizável a longo prazo		462.162	479.131
Imobilizado		3.345	3.474
Total do imobilizado		3.345	3.474
Total do ativo não circulante		465.507	482.605
Total do ativo		567.340	611.354
Fornecedores		1.340	1.122
Financiamento	12	11.081	13.241
Debêntures	12	1.590	13.703
Salários e encargos a pagar		2.245	1.979
Outros impostos e contribuições a recolher		1.579	1.331
Pis e Cofins diferidos	13	6.440	8.421
Dividendos	21 (c)	3.838	12.374
Encargos setoriais		5.011	4.854
Outros passivos		1.215	1.188
Total do passivo circulante		34.339	58.213
Financiamento	12	16.480	27.236
Debêntures	12	55.602	54.368
Pis e Cofins diferidos	13	38.991	40.662
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	82.536	86.228
Outros passivos		1.531	455
Total do passivo não circulante		195.140	208.950
Total dos passivos		229.479	267.162
Capital social	16 (a)	266.880	266.880
Reserva de lucros	16 (b)	63.198	59.339
Dividendo adicional proposto	16 (c)	7.783	17.973
Total do patrimônio líquido		337.861	344.192
Total do passivo e patrimônio líquido		567.340	611.354

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	49.376	66.797
Custo de construção	18 (a)	(4.102)	-
Custos operacionais	18 (b)	(18.314)	(17.796)
Custos operacionais		(22.416)	(17.796)
Lucro bruto		26.960	49.001
Despesas gerais e administrativas	18 (c)	(1.621)	(2.080)
Despesas operacionais		(1.621)	(2.080)
Resultado antes do resultado financeiro		25.339	46.921
Receitas financeiras		3.654	6.183
Despesas financeiras		(12.137)	(14.708)
Resultado financeiro	19	(8.483)	(8.525)
Resultado antes dos impostos		16.856	38.396
Imposto de renda e contribuição social correntes		(6.309)	(1.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.692	(6.560)
Imposto de renda e contribuição social	20	(2.617)	(8.166)
Lucro líquido do exercício		14.239	30.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente **Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	14.239	30.230
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	14.239	30.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros a realizar			
Saldo em 31 de dezembro de 2022		266.880	5.330	5.828	31.912	46.245	-	-	356.198
Transferência para reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	-	46.245	(46.245)	-	-	-
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(36.245)	-	-	-	(36.245)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	30.230	30.229
Reserva Legal	16 (b)	-	1.510	-	-	-	-	(1.510)	-
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	4.754	-	-	-	(4.754)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	-	-	-	(5.991)	(5.991)
Dividendos adicionais propostos	16 (c)	-	-	-	-	-	17.973	(17.973)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		266.880	6.842	10.582	41.912	-	17.973	-	344.192
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	-	-	(17.973)	-	(17.973)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.239	14.239
Reserva Legal	16 (b)	-	712	-	-	-	-	(712)	-
Reserva de incentivos fiscais	16 (b)	-	-	3.150	-	-	-	(3.150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)	-	-	-	-	-	-	(2.594)	(2.594)
Dividendos adicionais propostos	16 (c)	-	-	-	-	-	7.783	(7.783)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		266.880	7.554	13.732	41.912	-	7.783	-	337.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		14.239	30.230
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.692)	6.560
- Imposto de renda e contribuição social correntes		6.309	1.606
- Contingências	15	(212)	-
- Pis e Cofins diferidos	17	(3.652)	(1.822)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(3.340)	(5.818)
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento	12	11.432	13.878
- Ativo de contrato - remuneração	10	(54.480)	(71.291)
- Ativo de contrato - receita de construção	10	(5.023)	-
- Depreciação		129	-
		(38.290)	(26.656)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		1.022	(626)
- Ativo de contrato	10	96.109	90.789
- Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.312	(2.859)
- Outros ativos		397	675
- Fornecedores		218	(4)
- Salários a pagar		266	237
- Outros impostos e contribuições a recolher		(1.447)	657
- Encargos setoriais		157	630
- Outros passivos		1.314	309
		62.058	63.152
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Impostos pagos sobre o lucro		(4.614)	(2.737)
Debêntures - pagamento de juros	12	(5.248)	(5.902)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(2.831)	(4.144)
		49.365	50.368
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(76.712)	(76.917)
Títulos e valores mobiliários - resgates		82.856	90.475
Imobilizado		-	147
		6.144	13.705
Caixa proveniente das atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	21 (c)	(29.103)	(34.000)
Debêntures - pagamento de principal	12	(14.016)	(10.740)
Financiamentos - pagamento de principal	12	(13.132)	(17.419)
		(56.251)	(62.159)
Caixa (utilizado) nas atividades de financiamento			
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		(742)	1.914
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.073	160
		1.331	2.073
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Jauru Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 3 de dezembro de 2006 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Expansões S.A. (Celemo Expansões), que detém 66,67% de participação, e pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celemo), que possui 33,33% de participação.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão Nº 001/2007 (Contrato), tem como objetivo a implantação e operação de instalações de transmissão em 230 KV, constituídas por 940 km de linhas de transmissão, entradas de linha, bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A implantação foi realizada em duas fases, o Tramo Sul que conecta as subestações de Vilhena, em Rondônia, e Jauru, no Mato Grosso e o Tramo Norte que conecta as subestações de Vilhena, Pimenta Bueno, Ji Paraná, Ariquemes e Samuel, todas em Rondônia.

As instalações de transmissão em 230 KV consistem em (a) linhas de transmissão que conectam (i) a Subestação Samuel na Subestação Ariquemes, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 153 km; (ii) a Subestação Ariquemes na Subestação Ji-Paraná, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 164 km; (iii) a Subestação Ji-Paraná na Subestação Pimenta Bueno, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; (iv) a Subestação Pimenta Bueno na Subestação Vilhena, ambas no Estado de Rondônia, com circuito simples e com extensão aproximada de 160 km; e (v) a Subestação Vilhena, no Estado de Rondônia, na Subestação em Jauru, no Estado de Mato Grosso, com circuito duplo e com extensão aproximada de 354 km; e (b) (i) entradas de linhas 230 KV na Subestação Samuel, Subestação Ariquemes, Subestação Ji-Paraná, Subestação Pimenta Bueno, Subestação Vilhena e Subestação Jauru; e (ii) reatores de linha, 230 KV nas Subestações Ariquemes, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Vilhena, Jauru, além das respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato foi assinado no dia 20 de abril de 2007 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de abril de 2037. A Companhia entrou em operação comercial em maio de 2013.

Os contratos de concessão assinados no ano de 2007 estabelecem o processo de revisão tarifária e também é previsto a redução de 50% da receita anual permitida no 16º ano de operação comercial.

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

Os contratos assinados entre os anos de 2000 e 2006 estabelecem uma RAP fixa, sendo prevista a queda no 16º ano de operação comercial. Por essa razão, a partir de maio de 2024 (16º ano de operação comercial do Tramo Sul) a Companhia passou a receber 50% da RAP do 15º ano, para o Tramo Sul, o que se estenderá até o término do prazo da concessão.

A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 79.327 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP em R\$ 90.687 para o ciclo 2023-2024), uma redução aproximada de 12,5% decorrente, da redução de 50% da RAP e do reajuste pela variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) publicado pelo IBGE.

1.3 Revisão Tarifária Periódica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2012-2013, e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2027-2028 e 2032-2033.

1.4 Reforço

Por meio do despacho nº 4.036, a ANEEL decidiu autorizar a Companhia a implantação de reforços em suas instalações de transmissão. O objetivo desse reforço é substituição e instalação da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal contemplando uma unidade de bay - (i) vão Vilhena C1; (ii) vão Vilhena C2; (iii) vão Ariquemes C2; e (iv) Vão Pimenta Bueno 2. As obras iniciaram em 2024 e a data prevista para a entrada em operação comercial é no segundo semestre de 2025. O investimento previsto é de R\$ 5.389 e a RAP prevista é de R\$ 827.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 1 de abril de 2025.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de R\$ e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.3), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperadas (nota explicativa 22) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 15). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	01/01/2024
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

6.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante

Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.

6.2 Instrumentos financeiros

(a) Classificação e mensuração

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos.

Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

(i) Custo amortizado

Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) VJR

Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

6.3 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

i. Reconhecimento de receita de construção

Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção de 14% é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção

Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.

iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido

Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Reserva para incentivo fiscal

As subvenções fiscais visam compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se fosse devido, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à conta de reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

6.6 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não houve adoção antecipada e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	01/01/2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituirá o CPC 26/IAS 1)	01/01/2027

8 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

A Companhia aplica a totalidade de seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). Em 31 de dezembro de 2024 a taxa média de indexação dessas aplicações financeiras do Banco Santander foi de 98,1% (99,7% em 31 de dezembro de 2023) do DI com vencimento entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026.

ii. Não circulante

		2024	2023
Fundo de investimento - Financiamento	(a)	3.530	7.768
Fundo de investimento - Debêntures	(b)	10.441	9.165
		13.971	16.933

- (a) Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva" (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. A variação refere-se ao valor reduzido das prestações mensais.
- (b) Para fins garantia da operação da 1ª emissão de debentures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, em uma conta denominada "conta reserva debêntures" e "conta de pagamento debêntures", valores equivalentes ao saldo mínimo de 1 (uma) vez o valor estimado da próxima prestação semestral a vencer, incluindo pagamentos de amortização do principal, atualização monetária e dos juros remuneratórios das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2024 a totalidade dos recursos está aplicado em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos, referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2024 foi de 10,60% (12,78% no exercício findo em 2023).

As aplicações referentes às garantias do contrato de financiamento e das debêntures estão em conformidade com as exigências contratuais. Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 12.

9 Concessionárias e permissionárias

	2024	2023
A vencer	7.004	8.474
Até 3 meses	691	196
De 3 a 12 meses	298	284
Acima de 12 meses	1.030	1.092
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(1.030)	(1.030)
	7.993	9.015

10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		558.308	577.808
Receita de construção	(a)	5.023	-
Efeito da revisão tarifária periódica	(b)	-	14.162
Remuneração do ativo de contrato		54.480	57.128
Recebimentos		(96.109)	(90.789)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023		521.702	558.308

- (a) Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4.
- (b) Conforme nota explicativa 1.3, em 2023 a RAP da Companhia foi reajustada em razão da RTP, impactando o ativo de contrato e o resultado em R\$ 14.162.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Circulante	73.511	96.110
Não circulante	448.191	462.198
	521.702	558.308

11 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda	8.764	6.727
Contribuição social	-	551
	8.764	7.278

12 Financiamento e debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	Financiamento		Debêntures	
	40.477	57.458	68.071	75.416
Juros	3.047	4.582	5.215	5.834
Correção monetária	-	-	3.170	3.462
Amortização - principal	(13.132)	(17.419)	(14.016)	(10.740)
Amortização - juros	(2.831)	(4.144)	(5.248)	(5.902)
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	27.561	40.477	57.192	68.071

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	Financiamento		Debêntures	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	11.081	13.241	1.590	13.703
Não circulante	16.480	27.236	55.602	54.368
	27.561	40.477	57.192	68.071

i. Estrutura da dívida

(a) Financiamento

A Companhia possui contratos de financiamento com o BNDES e ambos foram destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1 e aos investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental.

O contrato firmado em 23 de dezembro de 2009 possui o valor total do financiamento em R\$ 107.000 dividido em 3 (três) subcréditos:

- i. Subcrédito A no valor de R\$ 86.285 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,32% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela ocorreu no dia 15 de abril de 2024.
- ii. Subcrédito B no valor de R\$ 17.715 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 4,5% ao ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de outubro de 2019.
- iii. Subcrédito C no valor de R\$ 3.000 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela foi no dia 15 de novembro de 2015.

O contrato firmado em 26 de dezembro de 2012 possui o valor total do financiamento em R\$ 152.800 dividido em 3 (três) subcréditos:

- iv. Subcrédito D no valor de R\$ 138.300 destinados às obras civis e demais itens financiáveis necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de 2,58% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.
- v. Subcrédito E no valor de R\$ 13.200 destinados à aquisição de máquinas e equipamentos necessários a implantação do projeto descrito na nota explicativa 1.1. A última parcela referente ao Subcrédito E foi paga no dia 15 de dezembro de 2022.
- vi. Subcrédito F no valor de R\$ 1.300 destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. Sobre o saldo principal da dívida incidem a TJLP calculado no ano. Os pagamentos de principal e juros são mensais e o vencimento da última parcela será no dia 15 de junho de 2027.

(b) Debêntures

A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de junho de 2013 destinados à implantação do sistema de transmissão descrito na nota explicativa 1.1. O valor total captado foi de R\$ 39.000. O saldo principal da dívida é corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescido de taxa de juros de 8% ao ano. Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos semestralmente. O primeiro pagamento dos juros remuneratórios foi realizado no dia 15 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento será no dia 15 de dezembro de 2030.

Em 24 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures no valor total de até R\$ 39.000 em debêntures simples e não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$ 250 com emissão de 156 debêntures com data de emissão em 15 de junho de 2013. Os encargos financeiros são IPCA acrescido de 8% ao ano.

ii. Estratégia para a contratação da dívida

Para realizar a contratação da dívida, a Companhia considerou principalmente elementos como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras.

i. Fluxos dos pagamentos futuros

O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente principal tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento) ou semestralmente (debêntures), dependendo do tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	Financiamento	Debêntures
Em 2026	10.987	2.426
Em 2027	5.493	8.492
Em 2028	-	14.153
A partir de 2029	-	30.531
	16.480	55.602

ii. Cláusulas restritivas

O contrato de financiamento e a escritura das debêntures possuem cláusulas restritivas "(covenant)" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES, (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido; (b) Cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão; (c) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária e não pecuniária; (d) A constituição, sem a autorização prévia dos debenturistas titulares de, no mínimo 85% do total das debentures em circulação, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios; (e) Decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento com o BNDES; (f) Pedido de: (i) falência formulado por terceiros em face da Companhia e não devidamente elidido no prazo legal e (ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia; e (g) Apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,3 e o ICP igual ou superior a 30% sendo este calculado de acordo com as demonstrações contábeis regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento e na escritura das debêntures.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2024	2023
Dívida bruta		
Financiamento	27.561	40.477
Debêntures	57.192	68.071
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Caixa e conta corrente	1.331	2.073
CDB	8.957	8.800
Fundo de investimento	13.971	16.933
Dívida líquida	60.494	80.742

13 PIS e COFINS diferidos

	2024	2023
PIS	8.104	8.755
COFINS	37.327	40.328
	45.431	49.083

Os valores apresentados referem-se à diferença temporária entre o reconhecimento da receita de acordo com os avisos de crédito (AVC) e a receita de acordo com a aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão. A segregação entre o circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados a seguir.

	2024	2023
Circulante	6.440	8.421
Não circulante	38.991	40.662
	45.431	49.083

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Imposto de renda	60.688	63.403
Contribuição social	21.848	22.825
	82.536	86.228

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para perdas de crédito esperada	(1.030)	(1.030)	(350)	(350)
Provisão para contingências	(1.053)	(1.265)	(358)	(430)
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	244.835	255.906	83.244	87.008
	242.752	253.611	82.536	86.228

15 Contingências

A Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais e administrativos, em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Os saldos de “provisão” e “passivos contingentes” estão detalhados a seguir:

	Provisões		Passivos contingentes	
	2024	2023	2024	2023
Fundiário	739	951	-	62
Tributário	-	-	136	104
Cível	887	887	482	462
	1.626	1.838	618	628

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	1.838	1.170
Constituições	-	668
Reversões	(212)	-
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	1.626	1.838

i. Desconto de parcela variável

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor em risco é de R\$ 482 e R\$ 462, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

ii. Servidão administrativa

A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão vai ser construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 não há valor em risco avaliado como perda possível e em 31 de dezembro de 2023 o valor em risco foi de R\$ 62 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível, enquanto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 R\$ 739 e R\$ 951, respectivamente, como risco de perda provável.

iii. Indenização

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possui ação judicial composta por danos morais em decorrência de acidente de trabalho, cujo prognóstico de perda foi definido como provável, pelos consultores jurídicos, e para a qual manteve provisão no montante de R\$ 887.

iv. Ação regressiva

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia é parte em uma ação de regresso ajuizada pelo INSS. Sentença de improcedência. Em fase de recurso de apelação movido pelo INSS. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor em risco é de R\$ 136 e R\$ 104, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

v. Reequilíbrio econômico-financeiro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia é parte em uma ação de revisão de equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ajuizada pela Companhia em face a ANEEL. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor em risco é de R\$ 825 e R\$ 766, respectivamente, e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 266.880 dividido em 266.880.000 (duzentos e sessenta e seis milhões e oitocentos e oitenta mil) ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	%	Ações (mil) 2024 e 2023
Celeo Redes Brasil S.A.	33%	88.960
Celeo Redes Expansões S.A.	67%	177.920
	100%	266.880

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 712 e R\$ 1.511, respectivamente.

ii. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2023 os acionistas aprovaram a transferência de reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 46.245 para retenção de lucro. Os acionistas aprovaram ainda o pagamento de R\$ 36.245 como dividendos adicionais.

iii. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Nos dias 18 de setembro de 2017 e 6 de dezembro de 2018 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), emitiu o Laudo Constitutivo nº 041/2017 (contemplando 595km da linha de transmissão) e nº 129/2018 (contemplando 354km da linha de transmissão), totalizando 100% do empreendimento, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2017 até 2026 e 2018 até 2027, respectivamente. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; e (iv) aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDAM.

O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 3.150 e R\$ 4.754, respectivamente.

iv. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.

Conforme descrito no item (ii), em 2023 foi transferido R\$ 46.245 para a "reserva de retenção de lucros".

(c) Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 7.783 e R\$ 17.973, respectivamente.

(d) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o valor destinado foi de R\$ 2.594 e R\$ 5.991, respectivamente.

17 Receita operacional líquida

		2024	2023
Efeito da revisão tarifária periódica	(a)	-	14.162
Remuneração do ativo		54.480	57.128
Perda na RAP	(b)	(18.944)	(10.173)
Receita de operação e manutenção		16.801	15.912
Receita de construção	(c)	5.023	-
Parcela variável		(3)	(14)
Receita bruta		57.357	77.015
Pis e Cofins correntes		(8.148)	(8.617)
Pis e Cofins diferidos		3.652	2.045
Encargos setoriais	(d)	(3.485)	(3.646)
Deduções da receita		(7.981)	(10.218)
		49.376	66.797

(a) Veja a nota explicativa 10.

(b) Refere-se à diferença entre a RAP projetada, que previa o impacto da redução em janeiro de 2025, e a RAP realizada, cuja redução ocorreu em julho de 2024.

(c) Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4

(d) Os saldos dos encargos setoriais estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Reserva global de reversão (RGR)	(2.315)	(2.422)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(814)	(851)
Taxa de fiscalização de serviços de energia (TFSEE)	(356)	(373)
	(3.485)	(3.646)

18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

(a) Custo de construção

Refere-se à construção do reforço conforme nota explicativa 1.4. A abertura está demonstrada a seguir.

	2024
Serviços	(1.212)
Máquinas, equipamentos e materiais	(2.890)
	(4.102)

(b) Custos operacionais

		2024	2023
Pessoal		(7.582)	(6.672)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(i)	(3.692)	(3.505)
Serviço de operação e manutenção	(ii)	(2.233)	(1.885)
Faixa de servidão (manutenção e limpeza)		(1.369)	(845)
Consultorias técnicas		(635)	(706)
Viagem e Hospedagem		(579)	(509)
Compartilhamento de instalação		(557)	(490)
Material		(517)	(431)
Seguros		(213)	(232)
Contingências	(iii)	212	(1.265)
Diversos		(1.149)	(1.255)
		(18.314)	(17.796)

- (i) Refere-se a prestações de serviços de reparo na infraestrutura.
- (ii) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo.
- (iii) Trata-se de uma redução no valor de risco de perda do processo fundiário por conta de uma atualização no que diz respeito aos danos morais, conforme nota explicativa 15.

(c) Despesas gerais e administrativas

		2024	2023
Prestação de serviços administrativos	(i)	(850)	(850)
Pessoal		(359)	(348)
Consultorias		(212)	(367)
Depreciação		(129)	(113)
Publicações		(46)	(54)
Diversos		(25)	(348)
		(1.621)	(2.080)

- (i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme nota explicativa 21 (a).

19 Resultado financeiro

		2024	2023
Rendimento de aplicação financeira	(a)	3.161	5.516
Outras receitas		493	667
Receitas financeiras		3.654	6.183
Juros e correção monetária - financiamento		(3.047)	(4.582)
Juros - debêntures		(8.385)	(9.296)
Outras despesas		(705)	(830)
Despesas financeiras		(12.137)	(14.708)
		(8.483)	(8.525)

- (a) A redução do valor de rendimento de aplicações financeiras deve-se à menor disponibilidade de caixa no período e decorre de (i) redução da RAP do Tramo Sul (ver NE 1.2) no 16º ano da entrada em operação; e (ii) aumento do serviço da dívida das debêntures conforme curva de amortização customizada.

20 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Resultado antes dos impostos	16.856	38.396
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(5.731)	(13.055)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	3.150	4.754
Outras adições	(36)	134
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(2.617)	(8.166)
IR e CS correntes	(6.309)	(1.606)
IR e CS diferidos	3.692	(6.560)
Alíquota efetiva	16%	21%

21 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Passivo		Resultado	
					2024	2023	2024	2023
Celeo (i)	Backoffice	IPCA	4 anos	2025	-	-	(850)	(850)
Celeo (ii)	O&M	IPCA	5 anos	2029	330	158	(2.233)	(1.885)
					330	158	(3.083)	(2.735)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "despesas gerais e administrativas"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "custos operacionais".

(b) Remuneração da administração

Em 2024 e 2023 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo.

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12.374	4.138
Aprovação dos dividendos oriundos da reserva de retenção de lucros	17.973	36.245
Pagamento de dividendos	(29.103)	(34.000)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	2.594	5.991
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	3.838	12.374

22 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento e da Escritura de Emissão de Debêntures, a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas e a emissão de novas ações e outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao ONS um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses.

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(2.751)	(2.064)	(1.376)
Financiamento	Aumento da TJLP	2.048	2.560	3.072
Debêntures	Aumento do IPCA	2.797	3.496	4.195

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12% e 4,89%) foi considerada conforme relatório Focus de 3 de janeiro de 2025. A TJLP para o cenário provável (7,43%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2024.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			1.331	-	2.073	-
Títulos e valores mobiliários	8	Nível II	-	22.928	-	25.733
Concessionárias e permissionária	9		7.993	-	9.015	-
Ativos Financeiros			9.324	22.928	11.088	25.733
Fornecedores			1.340	-	1.122	-
Financiamento	12		27.561	-	40.477	-
Debêntures	12		57.192	-	68.071	-
Passivo Financeiro			86.093	-	109.670	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

		Hierarquia do valor justo	2024		2023	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	12	Nível II	57.192	57.192	68.071	68.071
			57.192	57.192	68.071	68.071

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debentures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

23 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2024 a 30.06.2025	40.000
Responsabilidade civil	30.06.2024 a 30.06.2025	20.000
D&O	31.07.2024 a 16.04.2025	50.000

José Maurício S. de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8